

Mulheres rurais em movimento: pandemia e resistência aquém e além do patriarcado¹

Andréa Maria Leite Albuquerque

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil.

E-mail: andmla@gmail.com

Anabelle Santos Lages

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil

e-mail: anabellelages@yahoo.com.br

Wendell Ficher Teixeira Assis

Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió, Alagoas, Brasil

e-mail: wwficher@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo fará uma breve recapitulação histórica sobre os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais e analisará as implicações da pandemia da COVID-19 na vida dessas mulheres para, por fim, discutir as formas de resistência utilizadas por esse grupo para lidar com as adversidades do momento atual. O trabalho, de abordagem qualitativa, ancora-se na revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, na apreciação de reportagem sobre o tema, bem como na análise dos relatos de mulheres rurais captados durante a realização de pesquisa de campo conduzida no interior de Alagoas e Pernambuco por meio da utilização de aplicativos de mensagens instantâneas, como *WhatsApp* e *Instagram Direct*, de forma individual e assíncrona. A partir do material analisado, constata-se que o ambiente pandêmico tem intensificado o aumento da violência doméstica, potencializado as dificuldades de acesso às políticas públicas e acarretado a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, tudo isso em um cenário marcado pela diminuição da renda familiar. Por outro lado, pôde-se observar como as mulheres vêm se organizando localmente, não raro mediante o uso da tecnologia, logrando encontrar meios de resistência, como a adoção de ações de solidariedade e a criação de redes de apoio nas comunidades.

Palavras-chave: Campesinato; comunidades tradicionais; gênero; movimentos sociais; políticas públicas.

Rural women in motion: pandemic and resistance below and beyond patriarchy

Abstract

This paper will make a brief historical recap on the social movements of rural women workers and analyze the implications of the pandemic of COVID-19 in the lives of these women to finally discuss the forms of resistance used by this group to deal with the adversities of the current moment. The work, of qualitative approach, is anchored in the literature review and bibliographic research, in the appreciation of a report on the theme, as well as in the analysis of the reports of rural women captured during the field research conducted in the countryside

¹Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, mediante bolsa de mestrado pelo projeto “Sociedade, Conflitos e Políticas Sociais na Alagoas Desigual”.

of Alagoas and Pernambuco through the use of instant messaging applications, such as *WhatsApp* and *Instagram Direct*, individually and asynchronously. From the analyzed material, it was found that the pandemic environment has intensified the increase in domestic violence, increased the difficulties of access to public policies and caused an overload of domestic and care work, all in a scenario marked by the decrease in family income. On the other hand, it was possible to observe how women have been organizing themselves locally, often through the use of technology, managing to find means of resistance, such as the adoption of solidarity actions and the creation of support networks in the communities.

Keywords: Peasantry; traditional communities; gender; social movements; public policies.

Mujeres rurales en movimiento: pandemia y resistencia más allá del patriarcado

Resumen

En el presente artículo se hará un breve recuento histórico sobre los movimientos sociales de las trabajadoras rurales y se analizarán las implicaciones de la pandemia del COVID-19 en la vida de estas mujeres para, finalmente, discutir las formas de resistencia utilizadas por este colectivo para hacer frente a las adversidades del momento actual. El trabajo, de enfoque cualitativo, está anclado en la revisión de la literatura y la investigación bibliográfica, en la apreciación de un informe sobre el tema, así como en el análisis de los informes de las mujeres rurales capturados durante la investigación de campo realizada en el campo de Alagoas y Pernambuco a través del uso de aplicaciones de mensajería instantánea, como *WhatsApp* e *Instagram Direct*, de forma individual y asíncrona. A partir del material analizado, se constató que el entorno pandémico ha intensificado el aumento de la violencia doméstica, ha incrementado las dificultades de acceso a las políticas públicas y ha provocado una sobrecarga de trabajo doméstico y de cuidados, todo ello en un escenario marcado por la disminución de la renta familiar. Por otro lado, se pudo observar cómo las mujeres se han ido organizando localmente, muchas veces a través del uso de la tecnología, logrando encontrar medios de resistencia, como la adopción de acciones solidarias y la creación de redes de apoyo en las comunidades.

Palabras-clave: Campesinado; comunidades tradicionales; género; movimientos sociales; políticas públicas.

Introdução

Este artigo apresenta apenas um recorte de pesquisa de mestrado em andamento, que pretende analisar como a organização de mulheres rurais em coletivos feministas é capaz de combater a estrutura patriarcal em suas comunidades, diminuindo os casos de violência e alterando as relações intrafamiliares. Sua elaboração originou-se a partir das dificuldades encontradas para a realização do trabalho de campo no ano de 2021, em plena pandemia da COVID-19, e a partir do contato pessoal, anterior à pesquisa, com mulheres rurais de Alagoas e Pernambuco, que demonstraram a necessidade de uma atenção à situação vivenciada por este grupo.

A pandemia da COVID-19, que se instalou em meio a uma já existente crise política e econômica, acentuou diversas desigualdades causadas pelos “três unicórnios”, expressão

utilizada por Santos (2020) para designar o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Não surpreende, portanto, que grupos mais vulnerabilizados sofram seus efeitos de forma mais profunda. Dentre esses grupos estão as mulheres, em especial as mulheres rurais. O aumento da violência doméstica, a sobrecarga do trabalho de cuidados, a diminuição de renda e a ausência de políticas públicas específicas são realidades descritas em diversas pesquisas realizadas desde o começo da pandemia, como o estudo realizado pela Comissão Interamericana de Mulheres e o relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A situação peculiar das mulheres rurais, representada em aspectos como a dificuldade na realização de denúncias pela inexistência de delegacias especializadas ou distância de delegacias comuns na zona rural, também é apontada como fator de ampliação da vulnerabilidade. No entanto, essas mulheres possuem um histórico de organização coletiva e luta por direitos. Nesse sentido, pergunta-se: é possível que mulheres rurais organizadas encontrem formas de oferecer resistência às dificuldades impostas pela pandemia? Para responder a esta pergunta, não basta analisar o contexto atual, mas retomar a história da luta camponesa.

Refazendo a trajetória desses movimentos, observamos que a organização de mulheres em coletivos tem sido capaz de criar uma rede de apoio e solidariedade, bem como de encontrar formas para lidar com as adversidades, como nos exemplos da Marcha das Margaridas, os acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e das mulheres do Movimento Sem Terra (MST). Em um primeiro momento, a partir de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, analisaremos como surgiram os primeiros movimentos organizados de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil e como essas mulheres lidam historicamente com a opressão patriarcal.

Após, com base na apreciação de reportagem sobre o tema, bem como na análise dos relatos de mulheres rurais captados durante a realização de pesquisa de campo conduzida no interior de Alagoas e Pernambuco por meio da utilização de aparatos tecnológicos de interação mediada, ainda que de forma embrionária, tendo em vista que a pandemia não acabou e que seus efeitos perversos durarão por décadas, faremos um esboço acerca dos desafios que essas mulheres têm enfrentado durante a pandemia, bem como os meios de resistência que têm utilizado para atenuar os seus efeitos.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada se ancora na revisão de literatura e na pesquisa bibliográfica, bem como na captação de relatos orais por meio das tecnologias de interação digital analisando, dentre outros, trabalhos clássicos sobre campesinato e sobre patriarcado

e contextualizando com a literatura produzida durante o período da pandemia. Como forma de revestir a análise teórica de materialidade, foram coletados relatos orais virtuais de mulheres rurais, organizadas em coletivos e ativas em suas comunidades. O recurso à interação mediada por aparatos tecnológicos tornou-se possível a partir de trabalhos de campo e pesquisas anteriores conduzidas diretamente nas comunidades a partir das quais se consolidou uma teia de relações com os coletivos de mulheres favorecendo o estabelecimento de confiança, crucial para o sucesso das estratégias de captação de dados à distância.

Em razão da pandemia, dificuldades foram encontradas na produção dos relatos. A primeira e mais óbvia diz respeito à impossibilidade de encontros presenciais. Essa problemática, apesar de muito recente, já vem sendo debatida por pesquisadores. As medidas sanitárias de distanciamento social inviabilizam a realização de entrevistas presenciais, afetando diretamente pesquisas já em andamento ou mesmo a coleta de novos dados sobre o momento atual. No entanto, o uso da tecnologia tem se mostrado eficaz para contornar o problema. A coleta de dados *online*, realizada por meio de entrevistas individuais ou em grupos e de forma síncrona ou assíncrona, tem sido vista como a alternativa mais viável para a continuidade das pesquisas. (SCHMIDT; PALAZZI; PICCININI, 2020).

A tecnologia para a prática de história oral vem sendo adotada em diversos projetos ligados à pandemia do Coronavírus, como a plataforma *Covid-19 Memories*, do Centro de História Contemporânea e Digital da Universidade de Luxemburgo, o projeto *Listening in Place*, criado pelo Vermont Folklife Center para guardar arquivos sonoros de experiências cotidianas durante a pandemia, e o *Uma história oral da pandemia*, criado pelo Washington Post para guardar testemunhos transcritos e em áudio (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020). Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020, p. 964) entendem que “as entrevistas *online* apresentam potencialidades, sobretudo no que diz respeito à realização de estudos qualitativos no contexto de distanciamento social imposto pela COVID-19”.

Assim sendo, a alternativa disponível para condução deste trabalho seria a realização de entrevistas virtuais. No entanto, essa opção levou a um segundo desafio, a ausência de internet de qualidade nas zonas rurais, o que se revelou um impedimento para a maioria das mulheres foco do estudo. Essa dificuldade também foi descrita por Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), tendo em vista que, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, pode haver limitações de acesso à internet ou a equipamentos necessários à realização da coleta de dados. Diante dessa situação, e considerando os ensinamentos de Feyerabend (1977) de que há casos em que quebrar as regras é necessário para o progresso do conhecimento, definiu-se como técnica o uso de aplicativos de mensagens instantâneas, como *WhatsApp* e *Instagram Direct*, de forma individual e assíncrona,

permitindo que cada participante pudesse escolher o melhor momento para envio de seu relato.

As informantes escolhidas vivem em diferentes regiões dos estados de Alagoas e de Pernambuco, todas participam de coletivos organizados e já eram familiarizadas com os pesquisadores, aspecto considerado importante para que a ausência física não desse aos relatos um caráter extremamente formal e impessoal. Após conversa inicial para apresentação do projeto e informada a preservação de suas identidades, foi enviado um roteiro semiestruturado e aberto, contendo sugestões não limitadas de temas a serem abordados:

Alguns temas sugeridos:

- A pandemia afetou a produção ou a venda de produtos produzidos por você ou alguma mulher da comunidade? Caso tenha afetado, como foi? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?

- Vocês praticaram algum tipo de economia solidária durante a pandemia? Economia solidária pode ser troca de produtos entre vizinhos, feiras locais para vender produtos produzidos em casa, etc.

- Você ou alguma mulher da comunidade teve alguma dificuldade de acesso a serviços públicos por causa da pandemia (serviços de saúde, etc)? Quais? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?

- Você ou sua comunidade teve alguma dificuldade com programas como PAA e PNAE durante a pandemia? Quais? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?

- Houve aumento da violência contra mulher durante a pandemia? Houve algum caso na sua comunidade? Se sim, como foi resolvido? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?

- Você ou alguma mulher da comunidade sentiu que o trabalho em casa e com os filhos aumentou durante a pandemia? Como? Como você ou as mulheres da sua comunidade estão se organizando sobre isso?

- Você faz parte de algum coletivo de mulheres ou há algum coletivo de mulheres na sua comunidade? Como estão se reunindo durante a pandemia? Quais as dificuldades do coletivo durante a pandemia? Como vocês estão resistindo?

Não precisa falar sobre todos os temas e nem precisa ser apenas sobre esses temas, você pode ficar à vontade para falar de um ou mais deles ou até mesmo fazer um relato sobre algo que não está na lista, mas você acha importante contar. (Texto enviado pela pesquisadora por escrito por aplicativos de mensagem)

As participantes foram orientadas a informarem sua localidade e enviarem seus relatos de forma escrita ou oral. Seis mulheres enviaram relatos, ao longo de 11 dias, na medida em que conseguiam acessar a internet com mais qualidade. Quatro enviaram seus relatos por áudio e duas por escrito, sendo que um relato foi escrito à mão e fotografado, conforme Quadro 01, que detalha as entrevistas realizadas.

Quadro 01: Detalhamento das entrevistas e entrevistadas.

Data do relato	Nome ²	Aplicativo utilizado	Tipo de relato	Local	Movimento	Idade
19/05/21	Roberta	<i>Instagram Direct</i>	Oral	Jupi, Pernambuco	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco	33
21/05/21	Míriam	<i>WhatsApp</i>	Oral	Maceió, Alagoas	Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais em Alagoas	50
22/05/21	Joana	<i>WhatsApp</i>	Escrito ³	União dos Palmares, Alagoas	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas	51
26/05/21	Luciana	<i>WhatsApp</i>	Escrito	Ouro Branco, Alagoas	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Branco	28
27/05/21	Lúcia	<i>WhatsApp</i>	Oral	Mata Grande, Alagoas	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas	52
30/05/21	Antônia	<i>WhatsApp</i>	Oral	Igreja Nova, Alagoas	Associação de Mulheres do Povoado Ipiranga	43

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

As entrevistas passaram pela técnica de Análise de Narrativa (MUYLAERT, 2014), com as etapas de codificação, categorização e posterior tematização dos dados (SALDAÑA, 2011).

Campesinato e movimentos de mulheres rurais

Para compreender a forma de campesinato que se desenvolveu no período colonial brasileiro, bem como a sua exclusão social, econômica e política, faz-se necessário compreender que ela era determinada pelo trabalho escravo e, em segundo plano, pela forma de propriedade de terra decorrente da escravidão (MARTINS, 1995). Para Martins (1995), a história contemporânea do campesinato brasileiro teve seu marco no Nordeste, referindo-se ao surgimento da Liga Camponesa, em 1955 e sua rápida expansão pela região, que contou inicialmente com o apoio do Partido Comunista do Brasil e a oposição da Igreja Católica.

É nesse contexto que mulheres trabalhadoras rurais como Margarida Maria Alves, na Paraíba, passaram a se destacar na luta contra a exploração do trabalho rural e pela dissolução do regime de concentração do latifúndio. A participação de mulheres nos movimentos de luta pelo acesso e direito à terra vem sendo uma constante ao longo das décadas, chegando, inclusive, a assumirem a presidência de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013).

² Os nomes das participantes foram alterados por questões de segurança.

³ Escrito à mão e enviado por foto.

Não obstante, a inclusão de mulheres em locais de poder e exercício político nunca se processam de forma pacífica. A partir de uma análise direcionada à compreensão do sindicalismo rural, Saffioti e Ferrante (1987, p. 106) destacam que “dificilmente se rompe – a não ser em casos isolados – a tutela do homem sobre a sindicalização da mulher, tutela esta perfeitamente adequada à lógica do patriarcado-capitalismo”. Nessa trilha de dominação masculina, as campanhas de sindicalização do trabalhador rural impossibilitavam a participação ativa das mulheres, já que eram direcionadas ao “chefe da família”. Para as autoras, as mulheres rurais sofriam, simultaneamente, com a fixação de estereótipos e com a discriminação de gênero, que intencionavam impedi-las de participarem nos movimentos sociais, ao mesmo tempo, salientam que a atuação das mulheres nos espaços políticos sob dominância masculina foi significada como geradora de conflitos na própria família, repercutindo no aumento da violência doméstica. Na vigência de tais mecanismos de cerceamento, o ingresso ou mesmo manutenção na luta foi interdito, visto que, sob a ótica masculina, ‘mulher que se põe numa luta quer aparecer, está com sem-vergonhice’, assim, o peso da pressão levou muitas mulheres a se afastarem do movimento por medo do marido ou da censura do grupo (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987).

Silva (1999) aponta mais uma faceta dessa discriminação, mostrando como a participação ativa de mulheres nos sindicatos rurais e nos conflitos era mal vista e costumava ser disfarçada com a nomeação de homens para cargos de direção. Como exemplo, cita o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dobrada, fundado em 1984, que era efetivamente dirigido por mulheres, mas possuía um homem como presidente. As mulheres não só representavam ativamente o sindicato como estavam à frente nas ações e eram chamadas “pára-raios, porque, nas greves, elas iam à frente dos homens servindo-lhes de escudos e aproveitando-se do ‘é feio bater em mulher’, conseguiam evitar a violência policial durante o confronto” (SILVA, 1999, p. 290). Na visão da autora, controlar esse espaço era uma forma dos homens exercerem poder, pois uma “publicização do espaço do conflito de classe seria uma ameaça para o poder masculino, na medida em que a mulher sairia do espaço doméstico privado, controlado, ‘sob suas chaves’ e fugiria ao controle de sua dominação” (SILVA, 1999, p. 297).

As mulheres do campo também estiveram presentes nas lutas contra o golpe civil-militar e pela democratização do país, que tiveram seu ápice na década de 70. Junto aos movimentos sociais, sindicais, populares e partidos de esquerda, envolveram-se ativamente nas manifestações pelo fim da ditadura militar, contra a fome, a desigualdade e o capitalismo. No entanto, a participação das militantes nesses processos de luta era sistematicamente invisibilizada e elas eram relegadas ao anonimato. A presença das mulheres era incentivada nas campanhas e nas mobilizações, mas não havia abertura para

participarem das tomadas de decisões, ocupando apenas espaços considerados secundários (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Há, ainda, o fator da reprodução e dos cuidados, que influenciam na participação das mulheres nos movimentos sociais. Scott, Rodrigues e Saraiva (2010) analisam como o trabalho doméstico e a presença de filhos interfere na inclusão de mulheres, observando que aquelas que não possuem filhos ou possuem filhos crescidos são as mais envolvidas nos movimentos, ou seja, que a questão gestacional está diretamente envolvida na inclusão ou exclusão dessas mulheres nesses espaços. Dessa forma, mulheres que não conseguem se afastar das atividades domésticas, ligadas à reprodução, cuidados com filhos, maridos e trabalho doméstico em geral, também não conseguem se envolver ativamente na luta.

Analisando especificamente as mulheres trabalhadoras rurais organizadas percebemos que se trata de um fenômeno recente. Pereira, Oliveira e Gomes (2018) afirmam ser a partir da década de 1980 que ocorre o marco histórico desse movimento. Destacam-se, no Rio Grande do Sul, o 1º Congresso da Mulher Camponesa, o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais e a 1ª Estadual de Trabalhadoras Rurais, ocorridos em 1982, 1983 e 1985, respectivamente. No Nordeste, os destaques são os eventos realizados em Pernambuco em 1984 e 1986: o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central do Estado e o 1º Encontro de Trabalhadoras Rurais da Paraíba.

Os eventos realizados nos estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), fundado em 1989, e ao Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), fundado em 1986. Já Saffioti e Ferrante (1987) sugerem como marco o III Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado em 1979, onde, pela primeira vez, houve a participação de trabalhadoras rurais como delegadas, denunciando a discriminação sofrida pelas mulheres. Essa participação “pode ser encarada como um momento do despertar da consciência feminina no quadro extremamente excludente de suas possibilidades de atuação política” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987, p. 109). Entretanto, das 40 mulheres presentes no evento apenas 12 faziam parte da diretoria de sindicatos e tiveram direito a voto.

Em 1986 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Barueri, São Paulo, com a presença de 36 mulheres representantes de 16 estados. Na ocasião foram discutidas questões como documentação, sindicalização e direitos previdenciários, bem como a necessidade de intensificar a participação política das trabalhadoras rurais. Nesse encontro, as mulheres definiram estratégias para o movimento, como atividades de autoformação e proposta de mudanças, com acordo sobre a necessidade de consolidação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e articulação política com outras organizações da América Latina. Do mesmo

modo, foram elaboradas reivindicações para serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte, tendo esse documento sido entregue no ano seguinte, em Brasília (CFEMEA, 2015).

O II Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais ocorreu em 1988, também em Barueri, com o tema “Todo trabalho organizado conduz à vitória” (CRUZ, 2013). Já em 1995, no Instituto Cajamar, em São Paulo, foi realizado o III Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que à época, ante à ausência de informações históricas sobre a luta das mulheres rurais, acreditava-se ser o primeiro. Nesse encontro, cujo lema era “Mulher trabalhadora rural: amante da igualdade, é preciso ter força, é preciso ter garra sempre”, estiveram presentes mais de 50 mulheres de 18 estados, responsáveis por iniciarem os debates para a campanha nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos”, que só viria a se tornar política pública em 2004, com a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020).

Esmeraldo (2013, p. 244) destaca como os encontros da região Nordeste fortaleceram a organização específica de mulheres, estadual e regionalmente, com formações que abordavam “o conhecimento do corpo feminino, a reprodução e os cuidados contraceptivos, conjuntura política com vistas à constituição da autonomia e do empoderamento das mulheres”, apontando a aproximação de universidades e movimentos feministas. Desta forma, “a articulação e organização das mulheres realizam-se em duas frentes. Uma para ingressarem em movimentos sociais rurais (sindical e MST) e outra através da criação de movimentos autônomos de mulheres” (p. 245).

A aproximação das mulheres trabalhadoras rurais com o movimento feminista também é apontada por Aguiar (2016, p. 271) ao afirmar que “se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações”. Para a autora, a década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passaram a reivindicar participação nos cargos de direção. É preciso ressaltar que, apesar do encontro entre as mulheres rurais e o movimento feminista, que permitiu a inserção de temas como a violência masculina em todas as suas formas, a divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho reprodutivo nas discussões das organizações de mulheres do campo, “o feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce das experiências das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora”. (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020, p. 27). Essa concepção feminista “está sendo construída na práxis, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo” (SIMON, 2020, p. 210).

Tratar sobre movimentos sociais de trabalhadoras rurais contemporâneos exige falar sobre a origem de um dos símbolos da história do movimento de lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Margarida Alves que, por 12 anos, foi presidenta do Sindicato Rural de Alagoa Grande, na Paraíba, tendo lutado arduamente contra a exploração dos trabalhadores, promovido “mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região, além de conquistar o 13º salário e férias para os trabalhadores e trabalhadoras rurais” (PEREIRA; OLIVEIRA; GOMES, 2018, p. 207), e fundado o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Sua atuação fez com que recebesse diversas ameaças de usineiros e latifundiários da região. Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada na frente de sua família. Em seu último discurso antes de morrer, disse uma frase que eternizou sua luta e se tornou o lema de milhares de mulheres do campo: “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”. (PEREIRA; OLIVEIRA; GOMES, 2018).

A morte de Margarida, de caráter político, virou símbolo de luta e inspirou um movimento de reivindicação de direitos pelas mulheres rurais, a Marcha das Margaridas, que ocorre em Brasília desde o ano 2000. Para Scott, Rodrigues e Saraiva (2010), uma das pautas que unifica a pluralidade de mulheres que participam da Marcha é a questão da violência. O caráter de denúncia da violência contra a mulher do campo e a dificuldade de acesso às políticas públicas é cada vez mais presente nas manifestações. Na edição da Marcha das Margaridas de 2007, as denúncias não se restringiam aos conflitos agrários, mas alcançavam a esfera intrafamiliares. Houve reivindicações sobre direitos trabalhistas e previdenciários, mas, principalmente, esteve em foco a criação e implantação de políticas públicas específicas para mulheres rurais, com vistas a equacionar o contraste existente entre as mulheres da cidade e do campo, no que concerne à ausência de informações sobre direitos e serviços como delegacias especializadas, abrigos e centros de referências de combate à violência contra a mulher. Percebe-se que, desde o início, os movimentos de mulheres são manifestações de luta política “mais enraizados e contam com maior organicidade e capacidade de mobilização em nosso país” (FARIA, 2009, p. 13), tendo como exemplos a Marcha das Margaridas, os acampamentos e mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas e das mulheres do Movimento Sem Terra.

Para finalizar esta breve análise acerca dos movimentos de mulheres rurais, vale destacar que Saffioti e Ferrante (1987) consideram esses movimentos como uma contestação das violências sofridas por essas mulheres, bem como uma luta pelo reconhecimento, pelo fim da invisibilidade e pela “coletivização dos espaços escondidos”, acrescentando que essa participação das mulheres nos espaços públicos abala “a dicotomia ‘privado x público’, na medida em que o privado é apresentado como a ausência do político e o público como o lócus privilegiado do político. As mulheres estão minando as dicotomias que a ideologia dominante lhes impõe”. Para as autoras, “redefine-se, no caminho da

legitimação de lutas coletivas, o liame entre a terra e a mulher. As mulheres em movimento buscam frutos que lhes permitam, no mínimo, manter a vida” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1987, p. 117).

É justamente por essa capacidade de organização e mobilização coletiva e essa disposição para a luta que as mulheres rurais, embora façam parte de um grupo extremamente vulnerabilizado, são capazes não só de enfrentar os momentos de dificuldade, como uma pandemia, mas de se reinventarem como forma de resistência.

Pandemia, mulheres e resistência

Em 11 de março de 2020, o mundo ouviu, estarrecido, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarar que o status da COVID-19 havia sido elevado à pandemia (UNASUS, 2020). Atualmente, mais de um ano depois, permanecemos na mesma situação. A pandemia ainda assombra a humanidade, agravando “uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade” (SANTOS, 2020, p. 06). Não é demais frisar que os efeitos da pandemia não têm sido sentidos da mesma forma por todos. Santos (2020) expõe que, para as mulheres, consideradas como “cuidadoras do mundo”, a quarentena não só é particularmente difícil como pode ser perigosa. O número maior de pessoas dentro de casa não significa divisão de tarefas, mas um maior acúmulo para essas “cuidadoras”, agora responsáveis pelo lar, pelas crianças e pelos demais familiares confinados o dia inteiro no espaço doméstico. O autor afirma que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de guerra e de crise – e não tem sido diferente agora. E isso ocorre porque a maior parte dessa violência acontece em casa e o confinamento domiciliar oferece ainda mais riscos para as mulheres.

A Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 4), parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), publicou estudo intitulado *COVID-19 en la vida de las mujeres: Razones para reconocer los impactos diferenciados*, reconhecendo que a pandemia “está causando impactos específicos sobre as mulheres e aprofundando as desigualdades de gênero existentes, tanto dentro como fora de casa, em hospitais e centros de saúde, no trabalho e também na política”. As mulheres, reconhecidamente, são as mais afetadas pela pandemia. Consoante a revisão bibliográfica realizada e os relatos colhidos, as maiores dificuldades enfrentadas por este grupo tem sido a violência doméstica, a sobrecarga de cuidados e a diminuição na renda.

A violência, sem dúvida, é a consequência mais cruel e, no entanto, a mais obscurecida. A Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 5) afirma que “os indicadores mostram um aumento da violência de gênero, agravada pelo confinamento e pelo acesso limitado das mulheres aos serviços públicos de atendimento, prevenção e

punição da violência”. A violência contra mulheres na pandemia também já se tornou uma das preocupações do Fórum Brasileiro de Segurança (2021), que observou a queda no número de registros policiais de crimes de violência contra a mulher sem resultado morte, mas o aumento da violência letal, ou seja, a diminuição de denúncias não corresponde à realidade da violência cometida contra as mulheres neste período. Na verdade, os números apontam para um aumento dos casos de violência contra as mulheres e para a dificuldade das vítimas acessarem as redes de proteção e denunciarem seus agressores, principalmente por estarem isoladas em casa com eles. Segundo os dados, mulheres convivendo mais tempo com seus agressores, perda de renda familiar, aumento das tensões em casa, maior isolamento da mulher e conseqüente distanciamento de uma potencial rede de proteção são algumas das dificuldades geradas pela pandemia da COVID-19 que dificultam ainda mais o enfrentamento da violência.

Outro problema agravado pela pandemia é a sobrecarga de trabalho doméstico. A Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 4) afirma que “o lar tornou-se o espaço onde tudo acontece: cuidado, educação de crianças e adolescentes, socialização e trabalho produtivo; o que agravou a crise dos cuidados”. Ademais, alerta que o confinamento agrava a crise de atendimento e aumentado a carga de trabalho global das mulheres. No mesmo sentido, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 8) conclui que “a permanência maior de crianças dentro de casa, em função do fechamento das escolas, também contribuiu para o aumento da carga doméstica de trabalho, uma tarefa socialmente imposta à mulher”.

A última grave consequência originada pela pandemia, mas não menos importante, diz respeito à diminuição da renda. Conforme o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança (2021), 25,1% das mulheres, que sofreram violência durante a pandemia, apontaram a perda de emprego e renda, e a conseqüente dependência financeira do companheiro, como o principal fator para a ocorrência de violência. Percebe-se que há um ciclo e a perda de renda é um dos fatores que mantém essas mulheres reféns da violência e da obrigatoriedade do trabalho doméstico exaustivo.

Se a pandemia agravou a violência contra as mulheres em geral, a situação das mulheres rurais tem sido ainda mais preocupante. Essas mulheres sofrem inúmeras violências e silenciamentos, como a violência doméstica e familiar, a sobrecarga de trabalho, a desvalorização de sua cultura, identidade e condição social e a violência institucional (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2020). A Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 5) alerta que “a interseção de gênero com outras condições de vulnerabilidade agrava o impacto negativo da crise; portanto, é uma prioridade prestar atenção aos grupos mais vulnerabilizados, como [...] as mulheres mais desfavorecidas nas áreas rurais”.

Essa vulnerabilidade ficou manifesta nos vários relatos colhidos durante a pesquisa de campo e em entrevistas com lideranças dos movimentos de luta. Míriam, última

presidenta do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres Rurais em Alagoas, afirma que o número de casos de violência contra mulheres na área rural tem crescido durante a pandemia:

Agora tá havendo muitos casos de violência, porque com a pandemia só cresceu o número de violência, tanto na cidade como nas áreas rurais, porque por mais que não seja rigorosa a quarentena, na zona rural nem na cidade mesmo, mas existe essa coisa das crianças estarem mais em casa. E, assim, com todas as dificuldades que as pessoas pobres das áreas rurais têm, isso aflora essa coisa da irritabilidade, tem muitos homens que não suportam nem ouvir vozes de crianças. Então culpa a mãe por qualquer coisa. Então com certeza tá havendo bem mais violência. E o Fórum seria fundamental nesse momento (Entrevista concedida em 21/05/2021 – Ver Quadro 01).

No campo, os relatos de violência abrangem desde violências mais sutis a feminicídios. Lúcia, agricultora familiar de Mata Grande, Alagoas, discorre sobre a escalada da violência, com a ocorrência de feminicídios em sua região:

Quanto à violência houve sim, aumentou sim os casos de violências, aumentaram e houve muitos problemas, separações, houve separações por conta da violência, houve também alguns casos de vítimas, vítimas que chegou a óbito... Não aqui exatamente, aqui meu vizinho. Entenda... Mas na região, por aqui por perto nessas comunidades, aqui teve. Então, o aumento da violência após a pandemia foi muito grande. E houve relatos, sim, das companheiras (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Lúcia conta que o aumento da violência contra as mulheres no período da pandemia levou à necessidade da realização de uma reunião presencial, após meses de suspensão das atividades dos coletivos, para ouvir as mulheres e entender o que estava acontecendo nas comunidades. As violências eram das mais variadas, incluindo a patrimonial, decorrentes do isolamento domiciliar com os agressores:

[...] fizemos uma reunião presencial no meio dessa bagunça todinha. E também num espaço grande, cada coordenadora de grupo de mulheres, só uma poderia ir, mas ela teve que fazer uma conversa na sua comunidade pra poder a gente fazer um relato sobre isso. E aí foi onde a gente ouviu vários, vários, vários relatos, onde elas reclamaram que elas, antes, nas suas casas, poderiam fazer suas coisas com mais tranquilidade. Até na questão financeira, elas cuidavam e tinham a oportunidade de vender, mas quando o marido ficou dentro de casa ficou observando isso e começou a querer dominar, entendeu? Houve muito problema. Dentro dos relacionamentos agora na pandemia. A violência multiplicou (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Na mesma toada, a agricultora familiar de União dos Palmares, Alagoas, Joana, descreve o aumento da violência contra as mulheres durante o período da pandemia, destacando como a precariedade do atendimento na zona rural e a ausência de delegacia especializada impede a denúncia da violência: “a violência contra a mulher só fez aumentar

mais na zona rural porque tudo fica mais difícil. Elas tinham medo de denunciar, porque não tem delegacia pra mulher, e voltar pra casa junto de seu marido. Teve vários casos de violência contra a mulher”.

Assim como Joana, o relato de Lúcia aponta que uma das dificuldades no enfrentamento da violência contra as mulheres rurais é a precariedade e, na maioria das vezes, até inexistência de instrumentos da rede de proteção na zona rural, que, além de impossibilitar as denúncias, gera medo:

A gente, por exemplo, eu não tenho segurança de me envolver numa briga de casal aqui, porque você, na época você participava com a gente, você sabe que quantas vezes eu dizia naquelas reuniões do CEDIM, que eu me sentia triste de tá num lugar daquele, que era um espaço de se tratar da violência contra a mulher, mas quando as políticas chegam, como você sabe, tem as viaturas, aquelas coisas... Só funciona nas cidades. Não funciona na zona rural. Então, quem é que vai dar a cabeça, entendeu? O máximo que a gente pode fazer nas reuniões, a gente passa os números das pessoas pra ligar, pra denunciar, só que não tem condições... A gente tem medo. Ninguém vai dar a cabeça à força não. A gente vê as coisas acontecendo, mas se a gente se envolver a gente morre aqui, viu? (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Esse apontamento também foi feito pela Comissão Interamericana de Mulheres (2020, p. 11), que reconheceu que os serviços de atenção não estão preparados para a emergência da COVID-19, havendo a necessidade de sua adaptação “para garantir o acesso das mulheres vítimas de violência em todo o território nacional e superar as dificuldades de acesso ao meio rural, bem como às necessidades específicas de cada território”. Longe de ter começado com a pandemia, essa problemática é antiga. Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 73) afirmam que os desafios de implantação da rede no meio rural “passam por recursos, por distância, por disponibilidade de funcionários, por dificuldades de anonimato, por oposição no poder local e por uma série de outros fatores”, o que faz com que as mulheres rurais sintam-se desamparadas e impotentes.

Mafort e Julca (2020, p. 83) ratificam o entendimento, complementando que “as mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e das florestas são invisibilizadas nesses dados, nas notificações e nas possibilidades de atendimento, cenário que se agrava ainda mais com a pandemia”, destacando fatores que dificultam o acesso dessas mulheres às políticas públicas e aumentam a situação de vulnerabilidade, como “acesso limitado a linhas telefônicas ou aos meios de transporte para se chegar aos locais de denúncia”.

Não foi apenas a violência física que aumentou durante a pandemia. Joana relata como a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados foi exacerbada, resultando, muitas vezes, em mais violência:

Nesta pandemia afetou muito as comunidades rurais, principalmente a violência contra as mulheres porque o marido só levanta, troca de roupa, toma café e vai pra o trabalho. Não quer saber de ajudar a mulher. E nesta

pandemia muitos maridos em casa, sem querer dividir as tarefas. Teve mulher que até se separou porque tudo tinha que ser ela em casa, até mesmo o papel de professora, só as mães. Isso fez que elas fiquem sobrecarregadas e estressadas e os maridos batiam na sua mulher por não querer ajudar eles (Entrevista concedida em 22/05/2021 – Ver Quadro 01).

Nessa mesma direção, o relato de Lúcia conta como a rotina diária das mulheres é uma sequência infinda de trabalho doméstico, cuidados e conflitos:

Só que aqui, pronto, esse caso, de um relato de uma companheira. [...] o serviço dela dobrou, porque antes ela acordava, as crianças iam pra escola, ela tinha tempo até de, sei lá, se cuidar mais, de ajudar o marido talvez, e ela disse que agora não tem tempo pra nada, não tem paciência porque é todo mundo dentro de casa, o dia todo, vinte e quatro horas e um chama e um chama... Essa questão de atividade de escola. Então, ela disse que não tem tempo, dobrou e tá sem paciência e muita coisa... Ela relata que realmente ficou complicado. E tem medo, as aulas estão voltando, virtual, né. Mas tem que buscar o material na escola e agora tá tendo umas aulas de reforço com as turmas selecionadas, mas ela disse que é com muito medo, é muito trabalho por tá todo mundo em casa (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Assim como a violência, a sobrecarga de trabalho doméstico não é uma novidade na vida das mulheres rurais. Faria (2009, p. 18) trouxe o debate de que “para as mulheres a realização do trabalho doméstico e de cuidados coloca-se como parte de sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal”. Na mesma linha de pensamento, Aguiar (2016) afirma que, no meio rural, há uma clara demarcação da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estão relegadas ao trabalho reprodutivo, no âmbito privado, desvalorizado por ser considerado monetariamente improdutivo. Além disso, o trabalho que as mulheres realizam na agricultura é considerado apenas como uma ajuda aos homens, reputados como os reais agentes do trabalho produtivo. As próprias mulheres do campo há muito reconhecem a sobrecarga e a desvalorização do trabalho doméstico (TÁBOAS, 2018).

Segundo o IBGE, cerca de 30% das mulheres com mais de 15 anos, que vivem na área rural, possuem rendimento médio entre meio e um salário mínimo, enquanto quase 30% não possui qualquer rendimento (YUNES ANTONIO *et al*, 2020). A diminuição de renda, apontada como um dos fatores de aumento da violência doméstica, também afetou as mulheres rurais de várias formas. Há um contingente expressivo de mulheres, da agricultura familiar ou produção artesanal, que costumam vender seus produtos em feiras locais ou regionais e, ainda, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar⁴ (PNAE). No entanto, medidas de isolamento social, restrições de circulação e suspensão das aulas aliaram-se ao medo da contaminação pelo vírus e, principalmente, à incapacidade de

⁴O PNAE é também estratégico na estruturação de redes de abastecimento da agricultura familiar. 30% dos recursos do PNAE são destinados à compra direta de alimentos da agricultura familiar, com positivas repercussões sobre vários aspectos [...] como a geração de renda” (ÓAÉ, 2021).

gerenciamento eficiente das políticas públicas, fazendo com que a renda dessas mulheres ficasse seriamente comprometida. A suspensão repentina do PNAE, no início da pandemia, deixou várias agricultoras familiares sem qualquer renda. Roberta, mulher rural de Jupi, Pernambuco, relata as dificuldades enfrentadas:

Com a pandemia, logo no início... Assim, foi um grande impacto, né! A partir que as aulas foram interrompidas. E a partir daí... Nós tínhamos companheiras que forneciam alimentos para o PNAE. Foram totalmente suspensas. Então houve uma grande... Houve uma perda, né! Uma perda financeira muito grande e, depois que a pandemia diminuiu um pouco, tem a possibilidade de voltar pra feira, mas muitos não preferiram voltar. Só sei que de política pública mesmo, que é o PNAE, a gente não tem mais acesso desde março do ano passado. [...] Ou seja, além de toda a sobrecarga que as mulheres estão enfrentando nesse momento, também tem essa questão dessa perda desses recursos, que foi muito significativo, e uma total ineficiência do estado e do município de estar comprando esses produtos e destinando para as populações em vulnerabilidade (Entrevista concedida em 19/05/2021 – Ver Quadro 01).

O fechamento das feiras livres também é descrito como um complicador. Luciana, agricultora familiar de Ouro Branco, Alagoas, afirma que “alguns agricultores pararam a produção para ir atrás de outros trabalhos, pois o município já apresentava alguns casos de COVID-19 e chegamos a fechar as portas do comércio e suspender até a feira livre do município”. No entanto, mesmo após a reabertura desses espaços, os relatos evidenciam que o medo se tornou o maior fator de impedimento do retorno às atividades. Antônia, mulher rural de Igreja Nova, Alagoas, fala sobre como o medo da contaminação faz com que as mulheres não queiram voltar às atividades:

Aqui na Ipiranga é uma comunidade muito grande. A gente não dava nem conta dos pedidos de bolo. Porque tinha dia de fazer sessenta, setenta bolos. Pra entregar. Como eu expliquei... Veio a pandemia e tudo ficou desorganizado. As meninas morrem de medo, né! De se contaminar, contaminar a família, porque você sabe que não é fácil. A gente teve uma colega mesmo que teve no grupo e passou muito mal mesmo. Graças a Deus ela conseguiu se recuperar em casa, mas sofreu bastante. Então, está sendo muito complicado esse momento pra gente (Entrevista concedida em 30/05/2021 – Ver Quadro 01).

As que conseguem enfrentar o próprio medo, precisam ainda enfrentar o medo dos outros. Durante a pandemia, as feiras livres perderam movimento e as vendas caíram, como relata Antônia:

Infelizmente, desde o início da pandemia a gente está com essa dificuldade. Passa um tempo aí começa a fazer os bolos pra entregar na comunidade. Aí não dá certo. Aí dá uma parada. Aí agora só está indo pra feira. A feira da agricultura familiar, que é dia de quinta-feira, duas vezes ao mês, mas assim... Por conta desse período que a gente tá vivendo, as vendas caíram muito, porque muitas pessoas não estão indo mais pra feira. [...] Tem outros

grupos também na região, que a gente sabe que também trabalha com a questão do bolo e da agricultura também, que tá passando pela mesma dificuldade. Com os produtos e às vezes não vende, leva pra feira e volta com os produtos sem vender. Porque, como eu falei, as meninas daqui tão indo... Agora com uma pequena quantidade, não é a mesma quantidade que elas levavam no início, que elas produzem bolo de arroz, bolo de milho, bolo de macaxeira, bolo de leite, tapioca, e no início antes da pandemia começou até com café da manhã que tava dando certo, mas depois, minha filha, como eu já expliquei, infelizmente tudo foi dando errado (Entrevista concedida em 30/05/2021 – Ver Quadro 01).

As relações comunitárias de troca e venda de produtos também foram afetadas pelo medo da contaminação pelo coronavírus, conforme nos explica Lúcia:

Por conta da pandemia, ficamos mais na roça, trabalhamos mais, mas a produção foi muito pouca. Então, isso afetou e acabou que tivemos alguma necessidade na questão financeira e de compra e troca de alimento. Não houve, na verdade, a troca de alimento. Por quê? Justamente porque não foi produzido conforme, como a gente esperava e a gente tinha medo. De sair, ir pra feira... Aconteceu muita coisa. As mulheres e eu, a gente não saiu pra ir procurar quem tinha pra gente poder tá comprando. E isso foi muito ruim (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Além de todas as já mencionadas consequências, a diminuição ou até mesmo a perda total da renda, aliada ao medo da contaminação, afetou também a saúde mental das mulheres, como explicita Joana:

As mulheres tinham medo de sair de casa pra vender seus produtos, as mulheres usavam máscara, mas mesmo assim tinham medo até de ir pra feira vender. Aí a renda familiar ficou só com o auxílio emergencial, isso foi em 2020, logo quando começou a pandemia, todo mundo frustrado. Mulheres que costumavam tá na feira ficaram com ansiedade e depressão, ainda hoje tomam remédio controlado, tipo como eu mesma estou tomando até hoje e, na comunidade mesmo, uma mulher comprava o produto da outra (Entrevista concedida em 22/05/2021 – Ver Quadro 01).

A pandemia, por si só, não é a única causadora e mantenedora de todas essas complicações. Para Santos (2020, p. 08), a crise gerada pela COVID-19 também se traduziu em incompetência, dada a incapacidade política das ditas sociedades democráticas em responderem à situação de emergência. Assim, “teremos de imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação”. Felizmente, se há um grupo que historicamente conhece e pratica solidariedade e cooperação é o formado pelas mulheres rurais.

Assim, várias formas de resistência surgiram durante a pandemia. É nessa mesma linha que Nobre, Lobo e Pontes (2020) descrevem o jeito diferenciado de como os quilombos têm lidado com a pandemia, explicitando os vínculos comunitários e como as mulheres têm sido fundamentais na construção da autonomia e segurança desses espaços.

Mafort e Julca (2020, p. 85) apontam um exemplo de resistência capitaneado pelo Setor de Gênero do MST, a partir da campanha nacional “Mulheres sem terra: contra os vírus e as violências”, realizada em parceria com advogados e psicólogos objetivando orientar e atender vítimas de violência doméstica nos assentamentos e acampamentos.

Nas comunidades rurais a pandemia repercutiu na domesticidade fazendo-a ainda mais presente. Polanyi (2000, p. 73) versa sobre o princípio da domesticidade que, segundo ele, consiste na produção para uso próprio, bem como em “produzir e armazenar para as necessidades dos membros do grupo”. Nesse sentido, Lúcia relata que:

A pandemia em si, não afetou a produção, né! Por quê? Porque nós somos trabalhadoras rurais... A razão de tá com pandemia e ficar em casa, quem é trabalhadora rural foi trabalhar, porque choveu ano passado. Então, a gente produziu tipo o feijão, o milho, a abóbora, na área rural por conta da pandemia a gente não foi afetado (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Já Roberta fala sobre a estratégia coletiva de consumir ao máximo a produção em casa e também distribuir entre as pessoas próximas:

E aí algumas estratégias foi... Porque também a gente teve a safra do inverno, que é de junho/julho, de muitas frutas, isso e aquilo. Foi fazer polpas, foi guardar para consumir depois e também a gente organizou também muita doação, principalmente para cestas básicas pra periferia. Assim... Muitas pessoas em vulnerabilidade mesmo e insegurança alimentar. Então esse foi um período que foi muito usado pra isso, os produtos foram usados pra isso. E a estratégia hoje, mais de um ano depois do início, é realmente consumir o máximo que dá pra consumir dentro de casa, até porque isso evita que se compre outros produtos, e doar... Doar pra família, pra amigos, pra pessoas que estão próximas do nosso dia a dia (Entrevista concedida em 19/05/2021 – Ver Quadro 01).

Nesse quesito, é importante reconhecer a força dos movimentos coletivos de mulheres para a resistência e enfrentamento da pandemia. Mulheres rurais uniram-se para realizar ações comunitárias como distribuição de cestas básicas, doação de produção excedente e redes de apoio para cadastramento no PNAE, em parceria com entidades, Organizações não Governamentais e órgãos públicos, para atenuar o impacto causado pela perda de renda das mulheres e suas famílias. Mafort e Julca (2020, p. 85) constataram que o MST tem distribuído, desde o início da pandemia, toneladas de alimentos em todo o país, considerando que “essa atitude tem um conteúdo humano, de classe, e também orgânico, que estimula as pessoas atingidas pela crise e pela pandemia a se organizarem e mudarem sua condição material”. A narrativa de Lúcia reforça essa solidariedade:

Então, duas vezes, eu consegui uma feira pra comunidade aqui, pra vinte mulheres. E a outra feira foi o movimento [refere-se ao MMTRP-AL – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Pescadoras de Alagoas]

que se organizou e cada região, no meu caso, comprei também, fiz umas cestas básicas aqui pra vinte mulheres aqui da comunidade. [...] Como era que eu entregava: a entrega foi toda ao ar livre aqui fora de casa, debaixo de umbuzeiro, a mesa pra elas assinarem as folhas também bem separada, cada uma chegando, a que entrava no meu quintal, na porteira já passava álcool na mão e com máscara, as feiras tiveram que ter kits de máscara e de álcool. Quem não trazia máscara, eu já até tinha outra máscara, essa máscara cirúrgica, já pedia pra ela colocar e aí já entrava assim. E deu certo, sabe? Então, nós participamos dessa forma (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

Por fim, cabe apontar que a tecnologia tem sido fundamental durante essa travessia pandêmica. Luciana relata como o uso de aplicativo de mensagens possibilitou a organização de vendas e encomendas de produtos:

Levamos essa feira até março de 2020, onde a partir daí apareceram os primeiros casos de COVID-19. Nesse momento começamos a nos reorganizar para continuarmos a vender nossa produção. Nos organizamos em grupos de *WhatsApp*, nos fortalecemos nas vendas porta a porta e por encomenda e continuamos com as vendas em casa. Eu continuei com a produção procurando outras formas de vender. Claro que tivemos que diminuir a quantidade da produção, mas não deixamos de ter variedades de produtos (Entrevista concedida em 26/05/2021 – Ver Quadro 01).

O uso da tecnologia também possibilitou a continuidade das atividades dos coletivos de mulheres, que tiveram suas reuniões presenciais suspensas e precisaram se adaptar à nova realidade imposta. Lúcia conta como se deu essa experiência:

[...] a gente faz parte sim de um coletivo e já temos um ano de pandemia, durante esse ano a gente se reuniu uma vez, quando a pandemia deu aquele momento de como se tivesse meio que pausado, sabe? Então aqui é isso e a gente nos reuniu, mas uma semana depois veio de novo aquela onda e aí a gente não se reúne mais. E aí a gente tem muita conversa virtual, né? Conversa com uma, com outra e a gente vai conversando e vai resolvendo as coisas desse jeito. Mas reunião mesmo presencial não teve mais. Só teve uma. E daí pra cá não teve mais. Agora a conversa é toda virtual (Entrevista concedida em 27/05/2021 – Ver Quadro 01).

A importância desses encontros virtuais é realçada por Michela Calaça, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas, em entrevista concedida a Canan (2021), em reportagem sobre os objetivos do processo de formação política de mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas durante a pandemia, considerando que “o primeiro, e talvez mais importante, não nos sentirmos sozinhas! Encontrar as companheiras, mesmo que virtualmente, fortalece nossa alma, em especial em um momento tão terrível da realidade brasileira”. Quando os encontros virtuais não são possíveis, devido à baixa qualidade da internet, os encontros presenciais vão sendo retomados com todos os cuidados sanitários possíveis, como nos conta Joana:

Eu faço parte do coletivo de mulheres MMTRP-AL. O nosso trabalho foi fazer um grupo de zap. Onde tinha net a gente fazia reunião com elas e onde não tinha, porque a gente ficou de março de 2020 até dezembro de 2020, em janeiro de 2021 foi que a gente começou a fazer reunião nas comunidades, em algumas, tomando todos os cuidados, orientando as mulheres como fazer (Entrevista concedida em 22/05/2021 – Ver Quadro 01).

Familiarizadas com as adversidades e acostumadas com a luta, as mulheres rurais tiveram que, mais uma vez, se reinventar. Já vulnerabilizadas, viram as dificuldades serem potencializadas pela pandemia. No entanto, como muito bem apontou Saffioti (2004, p. 130), “o fato de o patriarcado ser um pacto entre os homens não significa que a ele as mulheres não oponham resistência”. As mulheres rurais, cada vez mais conscientes de suas realidades e cada vez mais organizadas em movimentos e coletivos, são um exemplo de como a luta contra o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo é possível, mesmo nas condições mais adversas.

Considerações Finais

Santos (2020, p. 12) afirma que o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação desde o século XVII. Os três, segundo ele, “apesar de serem onipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles”, sendo que essa invisibilidade decorre da educação e doutrinação permanentes a que esses seres humanos estão sujeitos. Essa invisibilidade é ainda mais sentida pelos grupos mais vulnerabilizados, como é o caso das mulheres rurais, que, além de sofrerem com a opressão do capitalismo, colonialismo e patriarcado, ainda precisam lidar com as dificuldades diárias para acessar políticas públicas, como os serviços da rede de proteção às vítimas de violência, que deveriam estar ao alcance de todas, mas só estão, e, parcamente disponíveis, nas áreas urbanas.

Como se observa neste estudo, houve aumento da violência contra as mulheres durante a pandemia e essa violência também se conecta com a sobrecarga de cuidados e com a diminuição da renda. Os relatos das mulheres mostram como os temas estão interligados e como a violência está presente em múltiplas esferas da vida. Isso não significa, no entanto, que essas mulheres não sejam capazes de enfrentar cada uma dessas formas de opressão. Seja buscando maneiras de combater a violência doméstica, seja recorrendo a formas de produção não capitalistas, seja criando redes de suporte em suas comunidades, as mulheres rurais organizadas em coletivos têm construído diariamente formas de resistência, dando exemplo de luta e solidariedade.

Uma das principais formas de resistência durante a pandemia necessitou da reinvenção dessas mulheres, que passaram a utilizar todos os instrumentos que estavam à

sua disposição, mesmo diante da vulnerabilidade socioeconômica que implica também na dificuldade de acesso à internet de qualidade nas áreas rurais. Tanto na criação de grupos em aplicativos de mensagens, quanto na realização de reuniões virtuais, os coletivos encontraram formas de continuar funcionando e mantendo a rede de apoio já existente. Essas atividades foram imprescindíveis para repensar as formas de comercialização dos seus produtos e, principalmente, para manter o vínculo entre as participantes e romper o isolamento. Em tempos de pandemia, a tecnologia foi uma das ferramentas que permitiu que a resistência das mulheres rurais permanecesse viva e atuante.

Referências

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política e Sociedade**, Santa Catarina, v. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CANAN, Adriane. **Mulheres Camponesas superam desafios e seguem em formação política mesmo na pandemia**. Brasil de Fato, Santa Catarina. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/mulheres-camponesas-superam-desafios-e-seguem-em-formacao-politica-mesmo-na-pandemia>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CFEMEA. Plataforma 25 Anos. 2015. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COMISSION INTERAMERICANA DE MUJERES. **COVID-19 en la vida de las mujeres: Razones para reconocer los impactos diferenciados**. OEA, 2020.

CRUZ, Teresa Almeida. A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: desafios atuais dos feminismos, 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373238894_ARQUIVO_TextocompletoFG10.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social**. In: NEVES, Delma Pesanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FARIA, Nalu. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: BUTTO, Andrea (Org.). Estatísticas rurais e a economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28.

FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Gracieli; COLLET, Zenaide. **Movimento de mulheres camponesas**: veredas de muitas histórias. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al* (organizadoras). *Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. 1 ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MAFORT, Kelli; JULCA, Lisbet. “**Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem**”. In: PAIM, Elisangela Soldateli (org.). *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. São Paulo: Funilaria, 2020. p. 69-90.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al*. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, p. 184-189, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NOBRE, Miriam; LOBO, Natália; PONTES, Nilce. **Resistindo em mutirão: território, ancestralidade e luta feminista no Vale do Ribeira**. In: PAIM, Elisangela Soldateli (org.). *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. São Paulo: Funilaria, 2020. p. 109-133.

ÓAÊ. **Observatório da Alimentação Escolar**. 2021. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

PEREIRA, Jesana Batista; OLIVEIRA, Dayana Sérgia da Silva; GOMES, Larissa Vitória Gabriel. Marcha das Margaridas: Trabalhadoras Rurais em Luta. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, Maceió, v. 4, n. 2, p. 205, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/4623>. Acesso em 22 mai. 2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Da casa para a rua: a caminhada das mulheres boias-frias. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9/10, 1986/1987. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/108272>. Acesso em 10 abr. 2021.

SALDAÑA, Johnny. **Fundamentals of qualitative research**. New York: Orford, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Revista Anos 90**, n. 27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>. Acesso em 10 mai. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SCHMIDT, Beatriz; PALAZZI, Ambra; PICCININI, Cesar Augusto. Entrevistas online: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. **REFACS**, Uberaba, MG, v. 8, n. 4, p. 960-966, 2020. Disponível em:

<http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/4877>. Acesso em 10 mai. 2021.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. **Onde mal se ouvem os gritos de socorro**: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 63-93.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SIMON, Carolina Russo. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 193-215, mai.-ago. 2020.

TÁBOAS, Ísis Menezes. **É luta!**: feminismo camponês popular e enfrentamento à violência. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

UNASUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia de coronavírus**. Disponível em:

<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em 10 jun. 2021.

YUNES ANTONIO, Gerson José; GOES ARAUJO FREIJO BRAGA, Carolina Maria Heliodora de; LINARES DE ASSIS, Renato; AQUINO, Adriana Maria de. O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Boletín de Estudios Geográficos**, [S. l.], n. 113, p. 69–89, 2020. Disponível em: <https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/beg/article/view/3863>. Acesso em: 13 nov. 2021.

Sobre as autoras

Andréa Maria Leite Albuquerque – Advogada, graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-9450-8945>.

Anabelle Santos Lages – Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-5304-8329>.

Wendell Ficher Teixeira Assis – Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisador associado do Etern – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Ippur/UFRJ. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-9711-0884>.

Como citar este artigo

ALBUQUERQUE, Andréa Maria Leite; LAGES, Anabelle Santos; ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Mulheres rurais em movimento: pandemia e resistência aquém e além do patriarcado. **Revista NERA**, v. 25, n. 63, p. 210-233, mai.-ago., 2022.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de desenvolvimento teórico-conceitual, preparação e redação do manuscrito foram desenvolvidas em grupo. A autora Andréa Maria Leite Albuquerque ficou responsável pela definição de metodologia, coleta, tratamento, interpretação e análise dos dados; a segunda autora, Anabelle Santos Lages, pela interpretação e análise dos dados e revisão crítica do artigo; e o terceiro autor, Wendell Ficher Teixeira Assis, pela interpretação e análise dos dados e revisão crítica do artigo.

Recebido para publicação em 19 de abril de 2021.
Devolvido para a revisão em 24 de janeiro de 2022.
Aceito a publicação em 08 de fevereiro de 2022.
